

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR EM ANGOLA NO CONTEXTO PÓS-PANDEMIA DA COVID-19

**Desafíos de la educación superior en Angola en el
contexto pospandemia de la covid-19**

**Challenges of higher education in Angola in the
post-pandemic context of covid-19**

CESÁRIO JOSÉ SANJAMBO BARBANTE

Instituto Superior de Ciências de Educação do Huambo

cesariobarbante@gmail.com

LIA RAQUEL OLIVEIRA

Instituto de Educação, Universidade do Minho

lia@ie.uminho.pt

Recibido: junio 2023

Aceptado: noviembre 2023

Formato de citación recomendado: Barbante, Cesário José Sanjambo y Oliveira, Lia Raquel (2023). Desafios da educação superior em Angola no contexto pós-pandemia da covid-19, *Revista de Estudos Africanos*, 4, pp. 1-22.

DOI: 10.15366/reauam2023.4.001

Resumo: A pandemia da Covid-19 trouxe desafios à educação superior em Angola, nomeadamente a adoção emergencial da educação *online*. Este artigo tem como objetivo refletir criticamente os desafios da educação superior em Angola, no pós-pandemia da Covid-19. Para o efeito, formulou-se as seguintes perguntas de investigação: 1) de que forma decorreu o processo de educação emergencial, nas instituições em questão, em tempo de pandemia? 2) que lições podemos retirar desta experiência educativa para os tempos pós-pandemia? Foi aplicada uma metodologia de natureza qualitativa-interpretativa, assente no estudo de documentos vários e observação direta como técnicas de recolha de dados. Os resultados da pesquisa apontam para ocorrência de desigualdades no acesso à educação superior em Angola, e que a falta de acesso a internet de banda larga é, ainda, um problema. As conclusões permitem inferir que, durante a pandemia da Covid-19, houve paralisação das atividades letivas presenciais no ensino superior em Angola. Acresce que as iniciativas de atividades de educação *online* por parte das instituições não foram validadas pelo órgão de tutela. Por outro lado, a avaliação de impacto da Covid-19 na educação permite retirar as seguintes lições: promover a inclusão digital dos estudantes; formação continuado dos professores em TIC e a adoção do *blended-learning* como novo normal na educação.

Palavras-chave: *Ensino superior, pandemia da covid-19; ensino híbrido; educação emergencial; tecnologias digitais.*

Resumen: La pandemia de Covid-19 trajo desafíos a la educación superior en Angola, a saber, la adopción de emergencia de la educación en línea. Este estudio tiene como objetivo reflexionar críticamente sobre los desafíos de la educación superior en Angola, en la pospandemia de la covid-19. Para ello, formulamos las siguientes preguntas de investigación: 1) ¿Cómo se dio el proceso de educación de emergencia, en las instituciones en cuestión, durante una pandemia? 2) ¿Qué lecciones podemos sacar de esta experiencia educativa para

tiempos pospandemia? El estudio es de carácter cualitativo y se utilizó como técnicas de recolección de datos el estudio de diversos documentos y la observación directa. Los resultados de la encuesta indican que existen desigualdades en el acceso a la educación superior en Angola y que la falta de acceso a Internet de banda ancha sigue siendo un problema. Las conclusiones apuntan que, durante la pandemia de covid-19, hubo una paralización de las actividades docentes presenciales en la enseñanza superior en Angola. Además, las iniciativas de actividades de educación en línea por parte de las instituciones no fueron validadas por el ente supervisor. Por otro lado, se aprendieron las siguientes lecciones: promover la inclusión digital de los estudiantes; formación continua de profesores en TIC y la adopción del blended-learning como la nueva normalidad en la educación.

Palabras clave: *Enseignement supérieur, pandémie de covid-19; enseignement hybride; éducation d'urgence; technologies numériques.*

Abstract: The Covid-19 pandemic brought challenges to higher education in Angola, namely the emergency adoption of online education. This study aims to reflect critically on the challenges of higher education in Angola, in the post-pandemic of covid-19. To this end, we formulated the following research questions: 1) How did the emergency education process take place, in the institutions in question, during a pandemic? 2) what lessons can we learn from this educational experience for post-pandemic times? The study is of a qualitative nature and the study of various documents and direct observation were used as data collection techniques. The survey results indicate that there are inequalities in access to higher education in Angola, and that the lack of broadband internet access is still a problem. The conclusions point out that, during the covid-19 pandemic, there was a stoppage of face-to-face teaching activities in higher education in Angola. In addition, the initiatives of online education activities by the institutions were not validated by the supervisory body. On the other hand, the following lessons were learned: promoting the digital inclusion of students;

continuing training of teachers in ICT and the adoption of blended-learning as the new normal in education.

Key Words: *Higher education, covid-19 pandemic; hybrid teaching; emergency education; digital technologies.*

INTRODUÇÃO

Volvidas duas décadas, desde o alcance da paz em Angola, em 2002, o ensino superior (ES), de uma forma geral, com altos e baixos, deu passos necessários no desafio de transformar o homem e difundir o saber, a cultura, os valores e os princípios de que Angola precisa para se desenvolver. Universidades credíveis e de qualidade são cruciais para o desenvolvimento do país, como sublinha Queiró (2017), ao referir que “a base fundamental de um país está na qualidade das suas Instituições de Ensino Superior” (p. 13).

Neste sentido, tendo o Estado a obrigatoriedade primária de organizar o ES e assegurar a sua qualidade, são visíveis alguns investimentos no ES, em Angola, como, por exemplo, a construção e a criação de mais instituições de ensino superior (IES) e, conseqüentemente, a percentagem da população com frequência do ES tem crescido, o aumento da oferta formativa, a contratação de mais professores e o incentivo e apoio à formação através de bolsas de estudo¹, a atualização do currículo e da legislação sobre as bases de educação e ensino², a reorganização da rede de instituições públicas de ensino superior³, o financiamento à investigação científica e desenvolvimento⁴ e, ainda de realçar, a gestão democrática das Instituições de Ensino Superior (IES).

Mas, ainda assim, o país está distante das melhores práticas educativas, pelo que somos muito críticos, nomeadamente, no que

¹ Decreto Presidencial n.º 67/19 de 22 de fevereiro; Decreto Presidencial n.º 174/17 de 3 de agosto.

² Lei n.º 17/16 de 7 de outubro; Lei n.º 32/20 de 12 de Agosto.

³ Decreto Presidencial n.º 285/20 de 29 de outubro.

⁴ Decreto Executivo Conjunto n.º 178/21 de 05 de agosto.

tocam à precariedade das infraestruturas, às constantes paralisações das atividades letivas por causa das sucessivas greves por parte dos professores e às políticas pouco claras e transparentes de atribuição de bolsas de estudo e de financiamento à investigação científica e desenvolvimento. E é por isso, pensamos nós, que as universidades angolanas se encontram muito abaixo nos rankings das melhores universidades em África. Todavia, é preciso ter-se a consciência de que “não se pode fazer tudo ao mesmo tempo” (Arrighi, 1994, p. 25), pelo que se deve valorizar e conservar os passos já conquistados.

Para uma melhor perceção do contexto em estudo, até ao ano de 2009, em Angola havia apenas uma instituição de ensino superior pública, a Universidade Agostinho Neto (UAN). Nos anos posteriores a 2009, foram criadas outras instituições de ensino superior públicas, espalhadas pelo país. Tendo havido um forte aumento da procura estudantil, devido a expansão da escolaridade secundária e o desenvolvimento económico do país, foram criadas várias universidades por iniciativa de particulares.

Segundo dados do Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação de Angola (MESCTI), em 2022, havia 100 instituições de ensino superior, sendo 31 (31%) públicas e 69 (69%) privadas. No que se refere à província do Huambo, campo de pesquisa deste estudo, há 7 (sete) IES, sendo 2 (duas) públicas – uma universidade e um Instituto – e 5 (cinco) instituições de ensino privado. No ano académico 2018, estavam matriculados nos cursos de graduação, no total de Instituições públicas e privadas, 308 309 estudantes, sendo que 167 349 (54,3%) eram do sexo masculino e 140 960 (45,7%) eram do sexo feminino (MESCTI, 2019).

O direito à educação constitui um fator de direitos humanos e está plasmado na Constituição da República de Angola (CRA) de 2010. Continuando a citar a CRA, no artigo 1º, refere a preocupação com a dignidade da pessoa humana, bem como a satisfação do povo cujo objetivo fundamental volta-se à construção de uma sociedade livre, justa, democrática e igualitária. Já no artigo 21º, voltado às tarefas fundamentais do Estado, concretamente a alínea h) realça a preocupação de “promover a igualdade de direitos e de oportunidades entre os angolanos, sem preconceitos de origem, raça, filiação partidária, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (Constituição da República de Angola [CRA], 2010, p. 12). Os direitos descritos na CRA são reforçados na Declaração

Universal dos Direitos Humanos (Organizações da Nações Unidas [ONU], 1948) e na Declaração Mundial sobre Educação para Todos (ONU, 1990).

Assim sendo, qualquer reflexão sobre a educação superior em Angola não pode deixar de considerar o momento histórico em que se opera. Angola tem um contexto e uma história muito particular, o que não se deve ignorar – foram 500 anos de colonização e mais de 20 anos de conflito armado interno – o que atrasou, como é obvio, o desenvolvimento do país. Aliado a isto, tem-se as crises económicas a nível mundial – A economia de Angola é demasiado dependente no setor petrolífero, deixando a economia vulnerável a flutuações nos preços globais do petróleo (Fundo Monetário Internacional [FMI], 2022) e, recentemente, a pandemia da doença por coronavírus (COVID-19), “provocou uma crise humanitária sem precedentes que, com certeza, se fará sentir tanto na esfera social como económica de todas as nações do mundo. Angola não é exceção” (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento [PNUD], 2022). Com tudo isso, o contínuo esforço de se melhorar a qualidade da educação e a inclusão de todos é para continuar, tal como sublinha o nobel da literatura José Saramago, “água mole em brasa viva tanto dá até que apaga” (Saramago, 2016, p. 205).

É sobejamente conhecido o elevado nível de desigualdades na educação superior em Angola, onde é negado o acesso à educação aos cidadãos de famílias vulneráveis. A pandemia da Covid-19 veio destapar este cenário que, de forma engenhosa, era muitas vezes mascarado em benefício de um grupo restrito de privilegiados.

Entre 2020 e 2021, a paralisação das atividades letivas presenciais face à doença da Covid-19 foi uma recomendação de todos os países. No caso de Angola, no contexto da suspensão das atividades letivas presenciais, o grupo de estudantes que frequentavam Instituições privadas viu-se privilegiado no acesso ao ensino *online* - estas aulas foram consideradas complementares ou de reforço, mas não efetivas, por orientação do órgão ministerial de tutela, o MESCTI –, em detrimento do ensino público. Este cenário é um exemplo claro de intromissão do estado na atividade de ensino e investigação, o que coloca em causa a liberdade académica nas IES em Angola.

A retoma das aulas foi, apenas, possível depois da toma das vacinas indicadas pelas entidades responsáveis de saúde pública de Angola por parte da população académica destas duas instituições –

professores, estudantes e funcionários administrativos. Por outro lado, em Angola, o Ensino a Distância e semi-presencial, como modalidade de oferta educativa, foi regulamentado somente em 2020 pelo Decreto

Presidencial n.º 59/20 de 3 de março, que define as regras e procedimentos relativos à organização e funcionamento do currículo e respetivo regime de frequência; aumentar a oferta formativa e a possibilidade de beneficiar um maior número de pessoas na sua frequência.

Sendo, legalmente, reconhecida como uma modalidade de ensino na educação superior, destina-se aos estudantes impossibilitados, ou por opção, de frequentar presencialmente uma Instituição de Ensino Superior e está alicerçada na integração das TIC nos processos de ensino e de aprendizagem.

Ainda assim, por iniciativa própria, durante a suspensão das atividades letivas presenciais no ensino superior em Angola, alguns professores do ensino superior público, demonstrando resiliência e espírito de missão, com todas as barreiras e limitações, arriscaram em manter contacto com os seus estudantes através de ferramentas digitais *online*, destacando-se as redes sociais *Facebook*, o *WhatsApp* e a plataforma *Moodle* (Barbante et al., 2020).

Este cenário de educação para as elites contrasta com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, no que se refere ao objetivo 4, “Educação com qualidade – garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos” (ONU, 2015). A educação assegura a dignidade das pessoas, isto é, “os alunos e as suas famílias têm aspirações e a educação é a chave para aumentar a capacidade de cada pessoa poder participar activamente na vida da sua sociedade-económica, social e politicamente” (Rede Inter-Institucional de Educação em Situação de Emergência [INEE], 2010. p. 7). Ou seja:

A educação é um direito de todas as pessoas. É especialmente crítica para as dezenas de milhares de crianças e jovens afectadas por situação de conflito e catástrofes, e é ainda muitas vezes perturbada significativamente durante situações de emergência, negando aos alunos os efeitos benéficos de uma educação de qualidade (INEE, 2010, p. 5).

Como já referido nas secções anteriores, a doença Covid-19 trouxe desafios e demais situações adversas à educação, entre as quais a educação emergencial através das tecnologias digitais *online*, o que requeria o acesso à internet de banda larga – um problema que ainda subsiste na realidade Angolana – por parte dos professores e estudantes e a superação dos professores para trabalhar de forma intensiva neste ambiente de trabalho. Este cenário exigiu que a comunidade em geral, principalmente as instituições governamentais, se adaptassem rapidamente às mudanças nas circunstâncias de saúde pública” (Zagalo et al., 2021, p. 243), ou seja, “a pandemia veio pôr a nu, simultaneamente, as fragilidades e as forças das sociedades desenvolvidas, onde a tecnologia digital era já uma realidade em todos os momentos da vida humana (Fernandes & Oliveira, 2021, p. 517). O impacto da pandemia na educação “foi, indubitavelmente, significativo ao ter acelerado o uso das tecnologias digitais e ao ter propiciado uma oportunidade para novas abordagens nas práticas escolares” (Luz et al., 2021, p. 51). Neste ínterim, “o blended learning assume-se como um passo natural no aproveitamento dos esforços realizados pela comunidade educativa em ultrapassar as restrições apresentadas pelo combate à COVID-19, que resultaram na introdução de elementos de eLearning na escola, num momento histórico sem precedentes” (Costa et al., 2021, p. 35).

Os autores Silva e Ribeirinha (2020), ao debruçarem-se sobre esta temática, referem que “a transição das atividades letivas para casa tem mostrado a extraordinária utilidade da Internet, no entanto trouxe inúmeros desafios às instituições, professores, alunos e famílias” (p. 196). Foi neste enquadramento, e num contexto pandémico onde se implementou a educação emergencial *online*, que se conduziu este estudo com o objetivo de refletir criticamente sobre os desafios da educação superior em Angola, no pós-pandemia da Covid-19. Tendo em conta o objetivo e a natureza deste estudo, formulou-se as seguintes perguntas de investigação: 1) de que forma decorreu o processo de educação emergencial, nas instituições em questão, em tempo de pandemia? 2) que lições podemos retirar desta experiência educativa para os tempos pós-pandemia?

1. O BLENDED-LEARNING COMO NOVO NORMAL NA EDUCAÇÃO EMERGENCIAL

Como vimos antes, o *b-learning* tem sido apontado como a modalidade de ensino para o pós-pandemia. Entende-se “o blended-learning como um paradigma de ensino e aprendizagem semi-presencial que integra teorias e práticas de educação online e de educação presencial, ancorados num redesenho multimodal, multilinear e flexível” (Peres, 2021, p. 379).

As medidas excepcionais tomadas pela maioria das IES em quase todos os países passaram pela recomendação da educação híbrida, que permitiu a realização das atividades letivas em modo presencial e a distância de forma alternada, e em alguns caso em simultâneo, estando um grupo de estudantes em sala de aula – presença física – e outro nos seus domicílios – presença virtual. Tudo estava muito dependente das recomendações das entidades de saúde pública sobre a mobilidade das pessoas. Além do mais, os professores tinham de se reinventar, onde enveredaram numa metodologia ativa e na base de muita criatividade. Isto é, “a adoção do ensino híbrido exige que sejam repensadas a organização da sala de aula, a elaboração do plano pedagógico e a gestão do tempo no ambiente de aprendizagem, presencial e online” (Hamdan et al., p. 200). Ainda de acordo com Barros (2021):

A própria palavra “presencial” revela-se inadequada para diferenciar modalidades de curso e de trabalho. Afinal, de qual presença falamos? Presença digital, física, corporal, emocional, social, histórica, cultural, cognitiva, síncrona ou assíncrona? Há alguma ação do docente ou dos alunos que justifique realmente sua presença física e síncrona? Vivemos um tempo, graças aos avanços tecnológicos e pedagógicos, em que é preciso perguntar, tanto para professores, quanto para os alunos, em quais momentos, projetos ou disciplinas será realmente imprescindível a presença física, corporal e sob qual justificativa (p. 685, grifo do autor).

Cursos ditos presenciais, inclusive, podem ter grande parte de sua carga horária realizada em atividades não presenciais, sem que

isso afete sua qualidade, muito pelo contrário. Alguns autores defendem a importância da inclusão de atividades complementares, componentes curriculares diversificados, incorporação de recursos TIC, ensino híbrido, aula invertida, entre outras abordagens, sem necessidade de presença física, como enriquecedoras do currículo e do processo de aprendizagem (Barbante & Oliveira, 2021; Barbante & Ramos, 2021; Barros, 2021; Moreira & Schlemmer, 2020).

Para os autores Ferreira et al. (2021), “o ensino híbrido ganhou um relevo inesperado, já que a alternância entre os regimes presencial e online levou a uma apropriação gradual de ferramentas e plataformas de ensino digitais” (p. 562). Contudo, existem teorias que defendem haver evidências da falta de competências digitais na utilização da tecnologia enquanto ferramenta de aprendizagem e de ensino do currículo. Esta teoria é sustentada pelos autores Tonon e Dias (2022) ao debruçarem-se sobre esta temática, onde afirmam o seguinte:

levando-se em conta o meio híbrido (tecnologia e livros), existem docentes, em meio a essa mistura entre tecnologia e livros, sentem a falta de capacitação em como lidar com a Web em sala de aula, assim como usá-la para desenvolver os conteúdos, ou seja, sem a formação adequada, a defasagem dos optativos dos profissionais é certa” (p. 200).

Dada a especificidade dos cursos de graduação, foco deste estudo, o que exige a utilização de metodologias com maior foco no trabalho autônomo do estudante e, simultaneamente, o trabalho grupal, pelo que “acreditamos que o Blended-Learning, enquanto facilitador de um ecossistema educativo, será o veículo privilegiado para a mudança no paradigma permitindo que se assumam um ‘currículo’ digital, adaptado e diferenciado pedagogicamente, através de uma participação ativa do aluno na sua construção” (Ferreira & Firmino, 2021, p. 566).

2. METODOLOGIA

Deste modo, foi aplicada uma metodologia qualitativa-interpretativa, assente num estudo de casos múltiplos que, segundo Gil (2008), “proporciona evidências inseridas em diferentes contextos,

concorrendo para a elaboração de uma pesquisa de melhor qualidade” (139). Isto é, o estudo foi realizado em uma universidade e num instituto, ambos na província do Huambo. É um estudo de caráter descritivo e qualitativo, que é mais adequado para a “investigação de valores, atitudes, percepções e motivações do público pesquisado, com a preocupação primordial de os entender, em toda a sua profundidade” (Gonçalves & Meirelles 2002, p. 46); sem, no entanto, descurar de alguns recursos da abordagem quantitativa, nomeadamente a análise estatística.

Selecionou-se para este estudo duas (2) Instituições de Ensino público, sendo uma Universidade e um Instituto, a saber, a Universidade José Eduardo dos Santos (UJES) e o Instituto Superior de Ciências de Educação do Huambo (ISCED-Huambo), na província do Huambo. Ambas as Instituições ministram cursos de graduação e de pós-graduação. Neste sentido, o estudo tem como objetivo refletir criticamente os desafios da educação superior em Angola, no pós-pandemia da Covid-19. Tendo em conta o objetivo e a natureza do estudo, formulou-se as seguintes perguntas de investigação: 1) de que forma decorreu o processo de educação emergencial, nas instituições em questão, em tempo de pandemia? 2) que lições podemos retirar desta experiência educativa para os tempos pós-pandemia?

No decurso da investigação, contou-se com a colaboração de diversos protagonistas da comunidade educativa em questão – professores, estudantes e gestores – em conversas informais. Participaram deste estudo, nossas fontes orais, 10 (dez) professores, sendo 5 (cinco) em cada instituição; 20 (vinte) estudantes, sendo 8 (oito) no ISCED-Huambo e 6 (seis) na UJES; dois gestores, um em cada instituição. Em relação aos aspetos éticos, os participantes aderiram voluntariamente a este estudo de investigação, onde se garantiu o anonimato dos mesmos e a proteção dos seus dados.

Depois da compilação dos dados, fez-se a confrontação dos resultados com as informações obtidas dos participantes do estudo, sendo eles conhecedores da realidade em questão. Os seus depoimentos foram registados em notas de campo e, posteriormente, filtrou-se as inferências unânimes com pertinência para o estudo.

2.1. Técnicas de recolha de dados

De acordo com os objetivos da investigação e considerando a natureza dessa investigação, de natureza qualitativa, as técnicas de recolha de

dados utilizadas foram: “estudo de documentos vários e observação participante” (Bogdan & Biklen, 1994, p. 73). O processo de recolha de dados por observação direta foi feita de forma presencial nas referidas Instituições, no decurso do ano letivo 2021/2022 – entre janeiro e março de 2022. Portanto, um dos investigadores está imerso nesta realidade, com participação ativa seja na docência seja na investigação, fato que, “se por um lado pode levar à revelação da subjetividade dos pesquisadores, também lhes permite ter um melhor entendimento sobre os novos fenómenos, seus significados e implicações para as práticas educativas que daí poderão decorrer” (Silva & Ribeirinha, 2020, p. 198). Afim de se garantir a fiabilidade dos dados, o segundo investigador, sendo um elemento externo desta realidade, fez a filtragem que se impunha, tendo em conta os aspetos éticos de uma investigação científica, como refere Coutinho (2014, p. 69), “nos estudos qualitativos os investigadores preocupam-se com o rigor e abrangência dos dados”.

Seguidamente, percorreu-se por documentos vários que abordassem a temática em estudo como, por exemplo, artigos publicados em jornais e revistas científicas indexadas, anuários estatísticos do ensino superior em Angola, boletins informativos e/ ou newsletters das instituições em estudo, documentos oficiais de ambas as instituições, nomeadamente, decretos, despachos, ofícios entre outros. Além disso, acedemos a diversos *websites* de fontes estatísticas, em particular, ao do PNUD, com página especial sobre a melhoria da vida do povo Angolano, especialmente os mais pobres e vulneráveis (<https://www.undp.org/pt/angola/impacto-socioeconomico-da-pandemia-covid-19-em-angola>), ao do Instituto Angola das Comunicações (INACOM), sobre os dados de acesso à internet em Angola (<https://inacom.gov.ao/ao/>), e ao do Internet World Statistics (<https://www.internetworldstats.com/stats1.htm>).

2.2. Técnicas de análises de dados

Em seguida, procedeu-se a análise interpretativa dos dados recolhidos de forma indutiva para os dados qualitativos, e de forma estatística para os dados quantitativos (Bogdan & Biklen, 1994; Coutinho, 2014). Apesar da pesquisa ser de cariz qualitativo, sempre que necessário, recorreu-se a dados estatísticos – quantitativos para uma melhor compreensão dos factos em estudo.

3. RESULTADOS

Este estudo de caso múltiplo baseou-se em observar as atividades letivas nas duas instituições em questão no decurso do ano letivo 2021/2022; conversar com os participantes do estudo e revisar a literatura científica que abordasse a temática. Assim, esta secção relata uma análise comparativa dos dados recolhidos em ambas as instituições.

Quanto às modalidades de ensino adotadas pelas 2 (duas) Instituições de ensino superior públicas em questão, no período pós-Covid-19, isto é, no ano letivo 2021/2022, constatou-se que nenhuma Instituição tenha adotado quer a modalidade de ensino a distância quer a modalidade de ensino semi-presencial nos cursos de graduação e pós-graduação. No entanto, excecionalmente, em ambas as instituições, algumas aulas e/ ou módulos nos cursos de pós-graduação eram ministradas *online*, mas requeriam a presença física dos estudantes na Instituição – numa das salas de aula preparada para este tipo de atividade. Ou seja, apenas os professores convidados, residentes fora da província do Huambo, tinham a possibilidade de ministrar as suas aulas à distância, com recursos a tecnologias digitais *online*. Este cenário vem confirmar os receios que se vive nas IESP em Angola, face às dificuldades de acesso a *internet* e aos dispositivos computarizados. Sobre este assunto, falaremos na secção seguinte.

Como já abordamos antes, o acesso ao ensino *online* não é uma realidade comum a qualquer estudante universitário em Angola, devido aos problemas de acesso a *internet*. Segundo dados do INACOM (2023), apenas 9 595 501 de pessoas em Angola têm acesso a *internet*. Esta tendência é confirmada pela organização Internet World Statistics, "<https://www.internetworldstats.com/stats1.htm>" (IWS, 2022), que refere que apenas 8 980 670 (equivalente a 26%) da população em Angola têm acesso a *internet*.

Um estudo recente realizado com estudantes do ensino superior dentro desta mesma realidade, apontou, quanto à posse de dispositivos computarizados, que 55% (correspondente a 44 dos respondentes) responderam não possuir um computador em casa, e apenas 45% (correspondente a 36 dos participantes) responderam possuir um computador em casa. No que diz respeito ao acesso aos dispositivos móveis – *smartphone* e *tablet* – em casa dos estudantes, o que já era expectável – o mundo está cada vez mais móvel e híbrido –,

a grande maioria, 69% (correspondente a 55 participantes), respondeu ter acesso a, pelo menos, um destes dispositivos. Sobre o acesso a internet por parte dos estudantes, na generalidade, 75% (correspondente a 60 participantes) respondeu ter acesso a *internet*, e apenas 25% (correspondente a 20 participantes) responderam não ter acesso – estar *online* na realidade de Angola significa, muitas vezes, ter acesso ao Facebook zero (versão grátis do Facebook para dispositivos móveis, através do endereço “0.facebook.com”), ou seja, é indisfarçável que existem problemas de ligação a internet em Angola (Barbante & Oliveira, 2021).

Estes dados ilustram a pertinência do fenómeno *Bring Your Own Device* (BYOD), como sublinharam os autores Bento Duarte da Silva e Teresa Ribeirinha, em 2020, num estudo sobre a temática “cinco lições para a educação escolar no pós covid-19”, onde sublinham o seguinte:

Ora, se o fenómeno Bring Your Own Device (BYOD) é considerado como um dos principais movimentos com impacto na educação nos próximos anos, porque oferece aos professores e aos alunos a possibilidade de usar os seus equipamentos tecnológicos, permitindo alcançar o tão desejado nível de penetração da tecnologia na educação (um dispositivo por aluno), também é certo que transfere para as famílias e professores os custos da aquisição dos equipamentos e da conexão à internet (Silva & Ribeirinha, 2020, p. 204).

De realçar que, durante a confrontação dos resultados da pesquisa com os informações obtidas dos participantes deste estudos, em suma, registou-se os seguintes depoimentos em ambas instituições em questão: quanto aos professores, revelaram a intenção e/ ou predisposição de participar em cursos de superação, tendo em conta esta nova experiência de educação à distância com recurso à tecnologias digitais *online*, visto que seria uma realidade nova para alguns. No que diz respeito aos estudantes, eles foram unânimes sobre a problemática de acesso a internet; relativamente aos gestores, a preocupação prende-se com a falta de financiamento direto para a investigação científica e para equipar as infraestruturas e sistemas tecnológicos que configurem o campus virtual com funcionalidades de interação pedagógica.

Tendo em conta os referentes abordados nas secções anteriores, apresentaremos de seguida alguns desafios para a educação superior para os tempos pós-pandemia na realidade Angolana. São ideias que, no nosso entender, em conjunto com outros estudos dentro desta temática poderiam contribuir em busca de uma resposta para a problemática em questão.

3.1. Alguns desafios para a educação superior para os tempos pós-pandemia na realidade Angolana

Face ao atual cenário e perspetivando um futuro próximo, antevemos com preocupação instigar a reflexão sobre os principais desafios que se colocam à educação superior nestes tempos de pós-pandemia, no contexto Angolano, como a suplantação inapropriada do modelo de educação à distância em favorecimento de grupos privilegiados e a precariedade da atividade docente, destacando-se aqui as condições de trabalho.

Atualmente, aquela “aldeia global” idealizada por McLuhan (1962), como um sítio comunitário de verdadeira partilha, tem sido eclipsada por grandes convulsões entre os seus habitantes, originando um mundo de muitas incertezas e de grande instabilidade para o futuro das pessoas. Outrossim, tem que ver com os ciclos de doenças pandémicas pelas quais temos sido assolados. Com tudo isso, é irrefutável dizer que o ensino presencial por si só já não é bastante para o futuro da educação superior a nível global, quer dizer, é preciso que cada país, conforme a sua realidade, encontre uma alternativa que funcione como plano alternativo para a realização permanente e efetiva da educação.

É o momento de se pôr em ação a teorização da “sociedade em rede” de Manuel Castels (2002), sendo que, cada um de nós – professores, estudantes e outros atores e/ ou parceiros educativos –, independentemente do seu posicionamento geográfico, funcione como um nó resiliente em prol da estabilidade da rede educativa. Assim, com este texto, são propostos, a título de contributo em busca de ideias alternativas para uma educação superior equitativa, qualitativa e inclusiva, alguns desafios para a educação superior em tempos de pós-pandemia, na realidade Angolana.

Atendendo aos problemas elencados neste estudo referentes à educação superior em Angola, os anos que se seguem são de grande importância para o futuro das instituições de ensino superior em Angola. Neste sentido, julgamos importante refletir em torno de três desafios para a educação superior para os tempos de pós-pandemia na realidade Angolana, a saber: 1) promover a inclusão digital dos estudantes; 2) formação continuada dos professores em TIC; e 3) adoção do *blended-learning* como novo normal na educação.

A. Promover a inclusão digital dos estudantes

Para a realização de atividades educativas à distância (*online*) no contexto Angolano, em geral, e em particular, na realidade das duas instituições em questão, não se deve desconsiderar a heterogeneidade regional, cultural e socioeconômica que caracteriza o país. As instituições de ensino superior são uma das principais instâncias no combate à infoexclusão, seja enquanto fator de inclusão digital primária, facilitando acesso a jovens que, de outra forma, dificilmente teriam essa possibilidade pelas desigualdades sociais e econômicas de suas famílias, seja enquanto promotora do desenvolvimento pleno da literacia digital se se souber integrar curricularmente as TIC nas aprendizagens essenciais (Pereira & Silva, 2009; Silva & Ribeirinha, 2020).

B. Formação continuada dos professores em TIC

Apesar da invasão tecnológica nos tempos atuais, há, ainda, casos de docentes que têm pouca ou mesmo nenhuma experiência de aulas à distância, pelo que precisarão reprogramar suas disciplinas, revelando-se fundamental a aposta na formação continuada nesta área, como sublinha Barbante (2020, p. 97), ao referir que “sem formação dos docentes, dos administrativos, do pessoal técnico e sem cooperação académica a este nível, dificilmente qualquer projeto de implementação de processos de EaD em modo de e-learning (*online*) terá sucesso”. Por outro lado, faz-se, também, necessária a capacitação de utilização de metodologias de ensino *online* por parte dos professores.

C. Adotar o blended-learning como novo normal na educação

No contexto de Angola, verificam-se muitas limitações no acesso a internet. Dados do Internet World Stats (2023) mostram que 25,6 milhões de Angolanos/as ainda não tinham acesso a internet em 2022. Este número corresponde a 74% da população residente. Mesmo entre aquelas pessoas que têm acesso a internet, a largura de banda é muito reduzida. Assim, o ensino presencial ainda é o mais recomendável, “sendo opinião unânime de que a aprendizagem em contexto presencial é insubstituível” (Fraga et al., 2021, p. 86), e que poderá ser complementada com atividades à distância (*online*), o que designamos, neste texto, por *blended-learning*. A parte da atividade de ensino e de aprendizagem à distância têm as suas particularidades de estrutura, gestão, currículo e planeamento que não devem ser menosprezadas.

Este tipo de modalidade de ensino, o *blended-learning*, requer que se criem um conjunto de recursos, que visam apoiar as instituições de ensino superior na aplicação de metodologias, privilegiando soluções e processos simples na interação com os estudantes e com as famílias, sobretudo com aquelas que não disponham de equipamentos e ferramentas digitais (*ídem, ibidem*).

Sem grande margem para dúvidas, apesar das limitações no acesso a internet, em Angola, deveria começar-se a ensaiar, com toda a ponderação que se faz necessária, a implementação do *blended-learning* nas instituições em questão. Os autores Gemelli e Cerdeira (2020, p. 115), ao debruçarem-se sobre esta problemática, referem o seguinte: “do cenário atual, composto por alta complexidade e incertezas, emergem transformações e adversidades à educação superior”. Os dados da pesquisa permitem-nos referir que é preciso começar com a modalidade de ensino à distância nas instituições em estudo e ir aprendendo com a prática e as experiências dos seus pares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo, tendo como objetivo refletir criticamente os desafios da educação superior em Angola, no pós-pandemia da Covid-19, procurou responder a duas questões: 1) de que forma decorreu o processo de educação emergencial, nas instituições em questão, em tempo de pandemia? 2) que lições podemos retirar desta experiência educativa para os tempos pós-pandemia?

Sobre a primeira questão, pelos resultados aferidos constatou-se que houve uma paralisação temporária – até à toma, de

pelo menos duas doses, das vacinas disponibilizadas pelo Governo através das entidades de saúde pública – das atividades letivas presenciais no ensino superior público. Ou seja, neste período, todas as iniciativas de atividades educativas realizadas nas instituições em questão e nas demais instituições, sejam públicas sejam privadas, nas modalidades de ensino a distância e ensino semi-presencial não foram consideradas efetivas pelo MESCTI. Esta situação obrigou o reajustamento do calendário do ano académico 2020/2021.

Desta experiência educativa, que consideramos crítica e tendo em contra um mundo tão incerto e complexo em que vivemos nos tempos atuais, e respondendo à segunda questão, pode-se retirar três lições para os tempos pós-pandemia da Covid-19, nomeadamente: é recomendável promover a inclusão digital dos estudantes; capacitar os professores em competências TIC e de utilização de metodologias de ensino online; e adotar o *blended-learning* como novo normal na educação superior.

Por fim, tendo em conta os dados da pesquisa, infere-se, ainda, haver desigualdades no acesso à educação em Angola, e que a falta de acesso a internet ainda é um problema. Deste modo, face às incertezas em que se vive atualmente devido à pandemia da Covid-19, que ainda constitui um problema de saúde pública, com este estudo de caso múltiplo nas instituições em questão, procuramos contribuir para que se possa garantir a continuidade da educação de qualidade, de forma equitativa e inclusiva. O vírus SARS-CoV-2 ainda paira entre nós, mas é tempo de esperança e de confiança num futuro melhor.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é financiado pelo CIEd - Centro de Investigação em Educação, Instituto de Educação, Universidade do Minho, projetos UIDB/01661/2020 e UIDP/01661/2020, através de fundos nacionais da FCT/MCTES-PT.

Bibliografia

Angola. (2010). *Constituição da República de Angola*. Plural editores
Barbante, C. J. S. (2020). Integração do projetor na educação: estudo de caso em duas universidades angolanas. *EduSer*, 12(1), 39-56.

- Barbante, C. J. S., & Oliveira, L. R. (2021). Possibilidade de Utilização Educativa do Facebook Zero no Ensino Superior. *Sisyphus—Journal of Education*, 9(3), 72-87.
- Barbante, C. J. S., & Ramos, M. A. S. (2021). A Educação nos PALOP em tempos de pandemia da COVID-19. *Sensos-e*, 8(1), 5-11.
- Barbante, C. J. S., Oliveira, L. R., Teixeira, M., & Tchivangulula, A. W. (2020). Perspectivas de implementação da modalidade de ensino a distância no ensino superior, em Angola. *Revista Multimédia de Investigação em Inovação Pedagógica e Práticas de e-Learning*, 3(1), 85-101.
- Barros, F.(2021). Teletrabalho docente e qualidade do ensino. In A. J. Osório, M. J. Gomes, A. Ramos, e A. L. Valente (Eds.), *Challenges 2021, desafios do digital: Livro de atas* (1.a ed., pp. 683 - 690). Universidade do Minho. Centro de Competência.
- Bogdan, R. & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação*. Porto Editora.
- Costa, L; Cardoso, T. & Pestana, Filomena. (2021).Microsoft teams como inovação científico-pedagógica: um projeto de educação e formação. In A. J. Osório, M. J. Gomes, A. Ramos, e A. L. Valente (Eds.), *Challenges 2021, desafios do digital: Livro de atas* (1.a ed., pp. 33 - 44). Universidade do Minho. Centro de Competência.
- Coutinho, C. P. (2014). *Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas*. Leya.
- De Ketele, J. M. & Roegiers, X. (1999). *Metodologia da recolha de dados*. Instituto Piaget.
- Decreto Executivo Conjunto n.º 178/21 de 05 de agosto. Regulamento sobre o financiamento a atribuir pela FUNDECIT à investigação científica e desenvolvimento. *Diário Oficial da República de Angola*, Luanda. I.ª série, n.º148, 5 ago.
- Decreto Presidencial n.º 174/17 de 13 de junho. Regulamento de Bolsas de Estudo Internas. *Diário Oficial da República de Angola*, Luanda. I.ª série, n.º131, 13 jun.
- Decreto Presidencial n.º 285/20. Reorganização da Rede de Instituições de Ensino Superior. *Diário Oficial da República de Angola*, Luanda. I.ª série, n.º 173, 29 out.
- Decreto Presidencial n.º 59/20. Regulamento das Modalidades de

- Ensino a Distância e Semi- Presencial no Subsistema de Ensino Superior. *Diário Oficial da República de Angola*, Luanda. I.^a serie, n.º23, 3 mar.
- Decreto Presidencial n.º 67/19 de 22 de fevereiro. Programa de envio anual de 300 licenciados angolanos de elevado desempenho e mérito académico para as melhores universidades do mundo. *Diário Oficial da República de Angola*, Luanda. I.^a serie, n.º 26, 22 fev.
- Fernandes, L. & Oliveira, L. R. (2021). Ensino híbrido “avant la lettre”. In A. J. Osório, M. J. Gomes, A. Ramos, e A. L. Valente (Eds.), *Challenges 2021, desafios do digital: Livro de atas* (1.a ed., pp. 517 - 523). Universidade do Minho: Centro de Competência.
- Ferreira, M. J. & Pedro, C. (2009). *O Inquérito Estatístico: uma introdução à elaboração de questionários, amostragem, organização e apresentação dos resultados. Um mundo para conhecer os números*. INE, ESTP and DREN. Instituto Nacional de Estatística.
- Fraga, N.; Gorete, P.; Fernanda, G. & Isabel, A. (2021). Educação em tempos de COVID-19: o acesso condicionado à aprendizagem. Um estudo exploratório numa escola em Portugal, *Sensos-e*, 8, 1, pp. 77-87. Recuperado de <https://doi.org/10.34630/sensose.v8i1.3786> (consulta: 19 de setembro de 2022).
- Fundo Monetário Internacional. (2022). *FMI elogia esforços de Angola, mas avisa que o País continua muito dependente do petróleo*. Recuperado de <https://mercado.co.ao/economia/fmi-elogia-esforcos-de-angola-mas-avisa-que-o-pais-continua-muito-dependente-do-petroleo-HD1104292> (consulta: 19/09/2022).
- Gemelli, C. E. & Cerdeira, L. (2020). *COVID-19: impactos e desafios para a educação superior brasileira e portuguesa*. Recuperado de <https://www.researchgate.net/publication/343658710> (consulta: 19 de setembro de 2022).
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. Editora Atlas SA.
- Gonçalves, C. A. & Meirelles, A. De M. (2004). *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. Editora Atlas SA.

- José, M. J.S. S. L. C.F. & Firmino, G. M. M. (2021). Blended learning, a mudança no paradigma educativo para um “currículo” digital. In A. J. Osório, M. J. Gomes, A. Ramos, e A. L. Valente (Eds.), *Challenges 2021, desafios do digital: Livro de atas*, 1.a ed., pp. 561 – 568. Universidade do Minho. Centro de Competência.
- Lei n.º 17/16 de 7 de outubro. Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino. *Diário Oficial da República de Angola*, Luanda. I.ª serie, n.º23, 7 out.
- Lei n.º 32/20 de 12 de Agosto. Alteração à Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino. *Diário Oficial da República de Angola*, Luanda. I.ª serie, n.º 23, 12 ago.
- Luz, F. C.; Fonseca, M. M. & Franco, D. (2021). Impactos do ensino remoto no ensino superior privado em Portugal: competências socioemocionais e digital. *Revista Lusófona de Educação*, (54), 49-64. Recuperado de <http://hdl.handle.net/10437/13058> (consulta: 19/09/2022)
- Marconi, M. A. & Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. Editora Atlas.
- McLuhan, M. (1996/1962). *The Gutenberg Galaxy*. Signet.
- Ministério do Ensino Superior de Angola (2019). *Anuário estatístico do ensino superior 2019*. Edições Ministério do Ensino Superior de Angola.
- Organização das Nações Unidas. (1948). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Recuperado de <https://news.un.org/pt/story/2023/02/1810472> (consulta: 19/09/2022).
- Organização das Nações Unidas. (1990). *Declaração Mundial sobre Educação para Todos*. Recuperado de <https://news.un.org/pt/> (consulta: 19/09/2022).
- Organização das Nações Unidas. (2015). *Objetivo de Desenvolvimento Sustentável*. Recuperado de <https://angola.un.org/pt/sdgs> (consulta:19/09/2022).
- Pereira, M. G. C. B. & Silva, Bento. D. (2009). A tecnologia sob o olhar de jovens e famílias: Usos, valores, competências e o factor divisão digital. In: DIAS, Paulo; OSÓRIO, António J. (org.). *Conferência Internacional de TIC na Educação, Challenges 2009. Anais [...]*, Braga: Centro de Competência da Universidade do Minho, p. 555-570. Recuperado de

- <http://hdl.handle.net/1822/10031> (consulta: 19/09/2022).
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (2022). *Impacto socioeconómico da pandemia covid-19 em angola*. Recuperado de <https://www.undp.org/pt/angola/impacto-socioeconómico-da-pandemia-covid-19-em-angola> (consulta: 19/09/2022).
- Rede Inter-Institucional de Educação em Situação de Emergência. (2020). *Requisitos mínimos para a educação: Preparação, Resposta e Reconstrução*. INEE.
- Silva, B. D. da, & Ribeirinha, T. (2020). Cinco lições para a educação escolar no pós covid-19. *Interfaces Científicas - Educação*, 10(1), 194–210. Recuperado de <https://doi.org/10.17564/2316-3828.2020v10n1p194-210> (consulta: 19 de setembro de 2022).
- Stake, R. E. (2007). *A arte da investigação com estudos de caso*, Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Tonon, T. C. A. & Dias, F. A. S. (2021). A sala de aula google, como proposta pedagógica para formação docente em nível superior, In A. J. Osório, M. J. Gomes, A. Ramos, e A. L. Valente (Eds.), *Challenges 2021, desafios do digital: Livro de atas* (1.a ed., pp. 259 - 268). Universidade do Minho. Centro de Competência.
- Zagalo, A. C.; Barbosa, G. E.; Dias, K, L, & Dias, K. L. (2021). Inteligência computacional aplicada como ferramenta de acompanhamento e recomendação em fóruns de discussão de ambiente virtual de aprendizagem. In A. J. Osório, M. J. Gomes, A. Ramos, e A. L. Valente (Eds.), *Challenges 2021, desafios do digital: Livro de atas* (1.a ed., pp. 243 - 244). Universidade do Minho. Centro de Competência.